



Fiscais da Sematec desencadearam uma campanha educativa para que a população não jogue lixo nas ruas

JORNAL DE BRASÍLIA

03 MAR 1998

Pega-Sujão vai ao Plano Piloto

RICARDO CINTRA

A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) lançou, na manhã de ontem, uma grande operação de conscientização da população quanto à questão do lixo nas ruas de Brasília. O "Pega-Sujão", como está sendo chamada a ação, começou na plataforma superior da Rodoviária e se estendeu para outras áreas dos setores comerciais da cidade. A operação passa hoje pelos comércios locais das quadras residenciais do Plano Piloto e, na semana que vem, estará em Taguatinga. Depois, irá para as cidades-satélites de Sobradinho e Guará.

O Secretário de Meio Ambiente, Chico Floresta, explica que a lei do lixo do Distrito Federal, nº 1006, de janeiro de 1996, que impõe multas às pessoas que jogam lixo em locais

impróprios, é um dos principais instrumentos que a Sematec e o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) dispõem para atingir o objetivo de transformar Brasília na cidade mais limpa do Brasil.

O "Pega Sujão" conta com a participação de 200 fiscais do SLU, que trabalham das 7h às 17h, e deverá permanecer por tempo indeterminado. De acordo com a Sematec, essa operação de conscientização também faz parte da campanha da coleta seletiva do lixo, que já foi instalada em todo o Plano Piloto.

Chico Floresta disse que a intenção, no primeiro momento, não é multar e sim prestar esclarecimentos à comunidade e conscientizá-la da importância de manter a limpeza pública. "Mesmo assim, todos os fiscais estão autorizados a autuar e, eventualmente, multar pessoas físicas e jurídicas, principalmente o comércio, desde

que não estejam cumprindo as regras básicas de higiene e recolhendo o lixo de forma adequada", afirma.

Após um ano de aplicação da lei, já foram feitas mais de 50 mil notificações e cerca de 6,5 mil multas, que variam de R\$ 20, para as infrações consideradas leves, como jogar papel e cigarro no chão, a R\$ 50 mil, nos casos ditos gravíssimos, como a poluição de córregos e nascentes dos rios. Mas o grande número de multas, segundo Floresta, é proveniente dos supermercados, que colocam os seus lixos de maneira errada. A multa para esses infratores gira em torno de R\$ 2 mil. Outra infração habitual é o lixo atirado nas ruas por ocupantes de veículos.

A Sematec assegura que a lei contribui de forma decisiva para inibir alguns atitudes que influenciam de forma negativa a limpeza urbana. As maiores difi-

culdades encontradas são a colocação do lixo na rua fora de horário e sem condições adequadas de acondicionamento e a destinação do lixo às áreas de proteção ambiental. Brasília recolhe diariamente cerca de 780 toneladas de lixo, das quais aproximadamente seis toneladas são oriundas das ruas.

Apesar de estar em vigor há mais de um ano, parte da população desconhece a lei e sua aplicação na prática. As multas são divididas em três categorias: leves (R\$ 20 a R\$ 500); graves (R\$ 500 a R\$ 5 mil) e gravíssimas (R\$ 5 mil a R\$ 50 mil).

O coordenador de fiscalização do SLU, Luiz Carlos Vilela de Souza, disse que existem pessoas que, quando são flagradas cometendo algum tipo de infração, resistem ou ignoram os fiscais. "Nesses casos, a polícia é chamada para auxiliar o trabalho", esclarece.

União abre concurso para 369 advogados

Com a iminente aprovação da Reforma Administrativa, o Governo Federal começa a se preparar para enfrentar problemas com ações judiciais contra as novas medidas. Para defender o Estado na avalanche de processos que deverão ser abertos, o advogado-geral da União, Geraldo Magela Quintão, já conseguiu aumentar o salário dos advogados da União e abriu concurso para ocupar inicialmente 369 vagas de um total de 569 que ainda deverão ser preenchidas.

O salário inicial de um advogado da União passou de R\$ 2 mil para R\$ 4.170,66 e deverá chegar em final de carreira a R\$

5,2 mil, fora tempo de serviço e outras vantagens pessoais. O concurso consiste em uma prova objetiva e duas subjetivas para os Grupos 1 e 2. No Grupo 1, as questões serão sobre direito constitucional, administrativo, financeiro e econômico. A prova do Grupo 2 abrangerá questões de direito processual, civil, penal e processual do Trabalho. A nota mínima é 50 mas as provas dos Grupos 1 e 2 serão calculadas pela média como já acontece com concursos para juiz. Quintão garante que fez um exame rigoroso de ações indenizatórias que o Governo tinha a pagar e que, depois de recalculadas, os valores caíram em R\$ 5,3 bilhões.